



Coordenação de Armindo Rodrigues

Avaliar a eficiência das áreas protegidas para representar a biodiversidade: o caso de estudo de uma pequena ilha

Autores:

Marta Vergílio et al.*

As áreas protegidas (APs) são uma ferramenta fundamental para a conservação da natureza e para redução da perda de biodiversidade em todo o mundo. No entanto, a definição de uma rede coerente das áreas a classificar encontra-se, frequentemente, baseada em objectivos aplicados a um grupo muito reduzido de espécies (geralmente espécies emblemáticas) ou baseada na beleza estética e outros recursos estratégicos.



Figura 1 – Ilha do Pico

Em pequenas ilhas, como os Açores, onde o espaço é limitado, tal como os recursos naturais, as APs e as restrições resultantes facilmente colidem com as actividades humanas e com as expectativas económicas, mesmo quando as APs também criam oportunidades económicas relevantes, como é o caso do turismo de natureza. Nestes territórios, o equilíbrio entre os objectivos de conservação da biodiversidade e as necessidades de desenvolvimento das actividades humanas é particularmente desafiador. Muitas espécies insulares desenvolvem-se em áreas extremamente restritas e estão ameaçadas pela redução de habi-

tat (devido à alteração do uso do solo), pela proliferação de espécies invasoras e pelas alterações climáticas, necessitando de urgentes medidas de protecção. A grande questão prende-se com a correcta alocação de áreas para a classificação de APs ou para a exploração dos recursos, de forma a garantir os objectivos de conservação e a superação das limitações impostas pelo carácter insular.

Ao longo das últimas décadas registou-se uma crescente disponibilidade de dados sobre as espécies. Ao mesmo tempo, foram disponibilizadas melhores ferramentas estatísticas para apoio à decisão, nomeadamente para a distribuição espacial dessas mesmas espécies (e.g. MaxEnt), e algoritmos de suporte à selecção de áreas e optimizado planeamento espacial da conservação (e.g. Zonation e Prion). Os algoritmos desenvolvidos para a selecção de áreas de conservação são também úteis para avaliar a adequação aos objectivos definidos para as APs existentes, através da análise de lacunas. A combinação de modelos de distribuição de espécies e de métodos de selecção de áreas contribui para a optimização do design das APs.

Tabela 1 – Categorias de Áreas Protegidas dos Parques Naturais de Ilha dos Açores (adaptado do Decreto Legislativo Regional No. 15/2012/A, de 2 de Abril)

Categoria	Descrição	Objectivos
Reserva natural	Áreas que contenham habitats naturais e seminaturais, bem como espécies da flora e da fauna ameaçadas e com elevado interesse científico; e que não registem a presença de ocupação humana, permanente ou significativa, estejam inalteradas ou pouco alteradas pela intervenção humana ou tenham uma intervenção humana sem impacto ou cujo impacto seja susceptível de ser corrigido	Preservação dos habitats naturais e seminaturais e das espécies da flora e da fauna, a manutenção da condição natural ou seminatural da área, a recuperação ou correcção do equilíbrio ecológico, a investigação científica e a monitorização ambiental
Monumento natural	Áreas que contenham uma ou mais ocorrências naturais com valor ímpar devido à raridade das respectivas características, nos planos geológico, paleontológico, estético e cultural	Conservação e manutenção da integridade das ocorrências naturais e culturais presentes
Área protegida para a gestão de habitats ou espécies	Áreas que sejam particularmente representativas de determinados habitats naturais, seminaturais e de espécies protegidas da flora e da fauna	Adopção de medidas dirigidas à recuperação de habitats naturais, seminaturais e de determinadas espécies da flora e da fauna
Paisagem protegida	Áreas onde a interacção continuada entre o homem e a natureza tenha originado paisagens características que apresentem valores paisagísticos, ecológicos e culturais significativos	Adopção de medidas para preservação das paisagens, através da manutenção e valorização das características dos valores cénicos naturais ou seminaturais e a manutenção e o fomento de actividades económicas compatíveis com esses valores
Área protegida de gestão de recursos	Áreas que contenham habitats naturais ou seminaturais e espécies da flora e da fauna em estados de conservação favoráveis	Preservação de habitats naturais e seminaturais e de espécies da flora e da fauna, e a adopção de medidas de gestão que compatibilizem o uso sustentável dos recursos e a manutenção da qualidade ecológica dos mesmos

Coordenação de Armindo Rodrigues

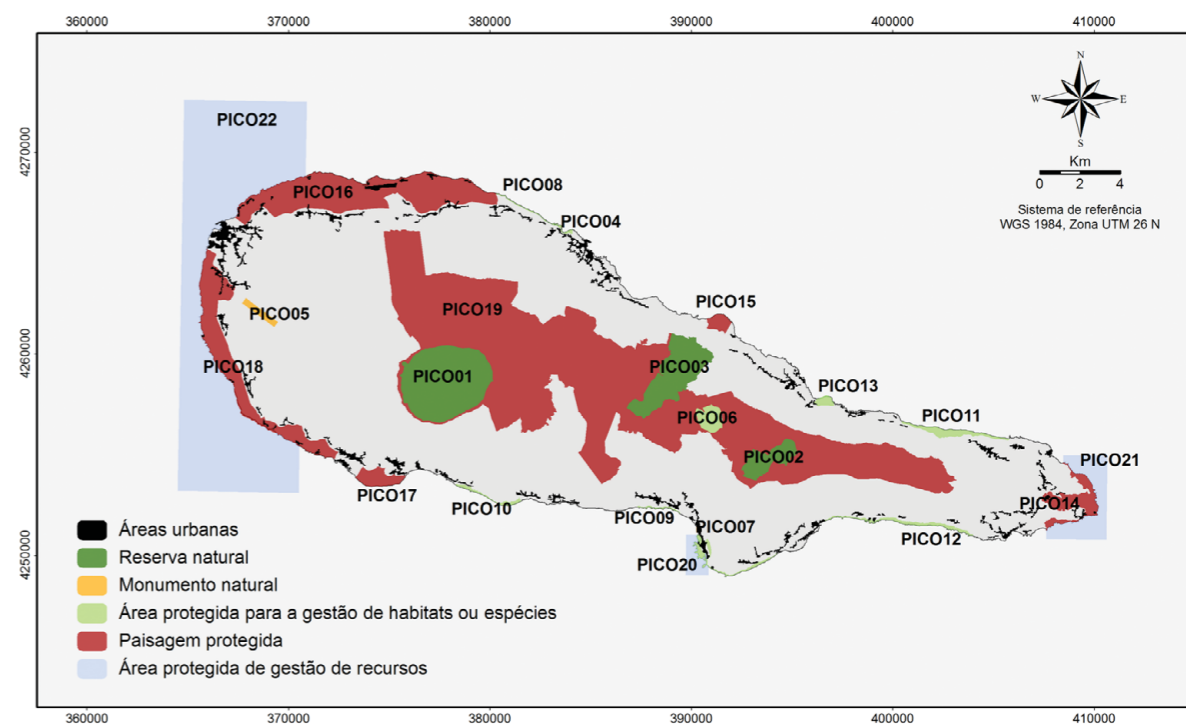


Figura 2 – O Parque Natural da Ilha do Pico

Nos Açores podem ser encontradas inúmeras espécies endémicas que tornam este arquipélago importante, do ponto de vista da conservação dos valores naturais. A rede de APs nos Açores está organizada em Parques Naturais de Ilha, no Parque Marinho dos Açores e em APs de importância local. O Parque Natural de Ilha (PNI) engloba diferentes categorias de áreas terrestres e marinhas, que possuem diferentes objectivos de conservação (Tabela 1). No sentido de avaliar a adequação dos actuais limites das APs do ponto de vista da conservação das espécies, tendo a Ilha do Pico como caso de estudo, foram analisadas 219 espécies nativas dos Açores (briófitos, plantas vasculares, moluscos, artrópodes e vertebrados), na sua maioria endémicas. Neste estudo foi ainda analisada a eficiência das APs na Ilha do Pico, maximizando a protecção das espécies e, simultaneamente, minimizando custos. Seguindo quatro

etapas, (i) foi realizada a modelação da distribuição potencial das espécies; (ii) foram propostos objectivos de conservação individuais para cada espécie, tendo por base o seu contexto no arquipélago e o seu actual estado de conservação; (iii) foi determinada a eficiência das APs; e (iv) foram identificadas áreas prioritárias, alternativas ou complementares, para a conservação, com base nas 219 espécies consideradas.

Os resultados mostraram que os actuais limites das APs na Ilha do Pico não incluem todas as espécies analisadas, não incluindo áreas importantes para a conservação. A definição de novos limites poderá incluir o alargamento das APs, o ajuste dos limites existentes ou a conjugação de ambos. Os decisores e as comunidades locais da Ilha do Pico dispõem agora de mais uma ferramenta de apoio à discussão das APs e à sua gestão.

* Vergílio M, Fonseca C, Calado H, Borges PAV, Elias RB, Gabriel R, Martins A, Azevedo E, Cardoso P. 2016. Assessing the efficiency of protected areas to represent biodiversity: a small island case study. *Environmental Conservation*, 43(4): 337-349. doi:10.1017/S037689291600014X.



Reflexão sobre os usos múltiplos nos mares europeus

Os Açores são parceiros em mais um projecto europeu com duração de dois anos (Novembro de 2016 a Outubro de 2018). Uma equipa da Universidade dos Açores, coordenada pela Profª Helena Calado, integra um conjunto de dez parceiros europeus

(Polónia, Alemanha, Itália, Grécia, Portugal (Açores), Países Baixos e Escócia) que irá analisar de que forma, nos mares europeus, coexistem na mesma área diferentes usos do espaço marítimo e identificar barreiras/opportunidades para esses usos múltiplos.